

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

A QUESTÃO SOCIAL
NO NOVO MILENIO

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

Opções de desenvolvimento: soberania ou servidão

Silvano José da Silva

D.Sc. em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ ()*

*M.Sc. em Administração Pública pela EBAP/FGV (**)*

(*) Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(**) Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas

Introdução

Nosso ponto de partida é conceitual e específico, no sentido de que, em tese, nenhum país tem soberania sem um projeto nacional e de que o Brasil carece de um projeto nacional. Seguir-se-ia que o Brasil não tem soberania? Sim, mas convém não ser tão taxativo porque a questão é controversa e, mesmo achando que a soberania inexistente ela não é, felizmente, um bem que se adquire no mercado. Nem é um bem que se desvaneça somente por vilania ou traição das elites no poder. Soberania nacional decorre de vontade e motivação política, sendo que o advento das sociedades de massa potencializa motivações e vontades coletivas mesmo (ou sobretudo) em condições as mais adversas. Num sistema global finito, como é o caso do planeta terrestre, a falta de um projeto nacional auto-referido é ocupada inexoravelmente por algum outro projeto nacional assumido alhures. Embora seja difícil caracterizar projeto nacional, é relativamente fácil perceber a sua inexistência. Basta observar que alguns requisitos percebidos ou reclamados como essenciais por países que se afirmam no cenário internacional e que exercem influência ativa no contexto da globalização, são negligenciados ou postulados de modo diametralmente oposto por países influenciados nesse cenário. Uns são globais por terem projeto nacional e outros também o são, mas precisamente pela sua carência. Há uma complementaridade nisso e há também uma tendência com respeito ao aprofundamento disso. A reserva de esperança subsiste diante da convicção de que essa complementaridade é dinâmica e de que tendência não é destino. Muitos fatores influem nessa dinâmica, sendo que a conjugação de apenas alguns deles costuma ser decisiva para alterar a configuração do sistema global. E tendência não é destino porque para um futuro previsivelmente desanimador, a realidade está sempre a acudir com o fortuito. Poderá argüir-se, em desestímulo ao prosseguimento desta linha de raciocínio, que a ausência de um projeto nacional seja mera aparência de ausência que serve para ocultar um dissimulado projeto, neste caso um projeto anti-nacional. O argumento é plausível e perfeitamente admissível, mas não prospera como desestímulo. Pelo contrário, o argumento até ajuda na formulação que se pretende aqui desenvolver em reforço à tese da falta de soberania. No âmbito interno de países importantes sem projeto nacional - mas não sem vontade de tê-lo (um dos principais fatores em jogo) -, é latente o pulsar de uma luta em torno dessa questão. É o caso do Brasil onde há posições divergentes quanto à própria inexistência de um projeto. Aqui não está em causa discutir a sinceridade de tais posições, mas sim o desastre nacional brasileiro antevisto diante da desgraçada possibilidade de uma delas prevalecer.

Linguagem, ideologia e subordinação.

Admita-se, para começar, que o mundo é globalizado. Seria o mesmo que dizer que o globo é mundializado. Portanto trata-se de um truísmo, uma obviedade que, assim constatada, poupa a nossa argumentação da crítica de começar mal por se deixar capturar pelo discurso do poder. Segundo BARTHES (1978), discurso do poder é aquele que engendra o erro da parte de quem o recebe. Não é o caso, pois aqui a atenção está alerta para os truques da linguagem. Mas admita-se ainda, insistindo na malícia com outras palavras, que o mundo passa por um processo de globalização. Passa mesmo, só que isto não é de hoje, não se trata de uma atualidade, desde que globalização seja compreendida *lato sensu*, abrangendo os processos de colonização, de pilhagem de recursos naturais entre continentes, de intercâmbio comercial, logístico, ou de partição de atividades produtivas ao redor do mundo. Mas então o que seria novo, ou a engendrar o erro por parte de quem recebe o discurso da globalização? O novo, que a artimanha da ideologia visa escamotear, é a financeirização do capital, isto é, a multiplicação do capital sob forma especulativa, improdutivo e pernicioso a qualquer economia, eis que o ganho do dinheiro deixou de ser consequência das atividades produtivas para se tornar, quase completamente, o único objetivo dos capitalistas. Acontece que o dinheiro perdeu o lastro na economia real e precisa ser legitimado aqui e ali, processo vulgarmente conhecido como “lavagem de dinheiro” quando se trata de dinheiro obtido ilicitamente, como se a multiplicação do dinheiro por meios improdutivos não fosse um ilícito moral. Daí que esses capitais fluem em completo desembaraço, a margem do controle dos estados nacionais, buscando rentabilidade, liquidez e segurança onde quer que o trinômio possa ser maximizado. Câmbio flutuante, moeda estável e juros altos são requisitos impostos para a atratividade desses capitais especulativos travestidos de investimentos estrangeiros, como se do êxito no empenho de atraí-los resultasse algum benefício para a nação brasileira. Essa transmutação de capital produtivo em financeiro é, a um só tempo, causa e consequência do progresso tecnológico e de uma escalada militar de suporte aos provimentos de recursos naturais, notadamente o carvão e o petróleo como fontes primárias de geração de energia, que são a base sobre a qual foi desenhado todo o complexo produtivo da economia ocidental. Estados nacionais periféricos e de escassa soberania sucumbiam a essa lógica sem a necessidade, até recentemente, de invasões territoriais, ou mobilizações armadas. Porém, mesmo hoje em dia, a invasão se dá essencialmente pela linguagem, ficando as armas por conta do aparato ideológico e a logística a cargo das elites nacionais. Nos países

centrais, de sociedades mais estruturadas e culturalmente ciosas de sua identidade nacional, tais elites têm maior responsabilidade e apreço para com o conceito de soberania. São estados soberanos porque em épocas remotas de sua história tiveram soberanos. Dentre outras coisas, a soberania consistia precisamente no domínio de um território, na exigência de lealdade de um povo em troca de sua segurança, na prerrogativa de cunhar moeda e na autodeterminação em relação a outras soberanias. Em nações periféricas, de história recente, sem as tradições culturais antecedentes ao surgimento do capitalismo e de baixa estruturação social – o risco da generalização não muda as coisas no caso brasileiro –, as elites são alçadas ao poder por meras formalidades da democracia e, por isso mesmo, são destituídas do mesmo grau de compromisso com a noção de soberania e sem a mesma responsabilidade de garantir segurança para a sociedade. Cumpre dedicar algumas linhas à linguagem e à ideologia, para depois constatar o tratamento distintivo dado a estas questões pelas elites de um caso e outro, de acordo com as suas origens nacionais.

A lingüística não é o forte deste escriba, de modo que sobre a linguagem é melhor que cada um decida com a sua própria consciência se, no Brasil, o idioma português não tem sido empobrecido em ambas as modalidades, falada e escrita. A realidade parece ser suficientemente eloqüente para dizer por si mesma, sem precisar de maiores argumentações em apoio a essa impressão. Pode ser que os prejuízos causados ao idioma pátrio em si sejam incertos, mas as práticas sociais daí decorrentes contribuem para a anomia e muito preocupam, pois o ato de falar (ou escrever) só tem valor, isto é, sentido léxico e gramatical, bem como efeito prático, como instrumento para levar à ação social. O aparato ideológico se sustenta das formas mais sutis, de modo que as idéias dominantes – e, por conseguinte, compartilhadas – sejam aquelas dos dominantes. No caso da globalização, tal como ela é engendrada ideologicamente (para induzir o destinatário a erro), a idéia que precisa dominar é de que se trata de um fenômeno natural, como, por exemplo, se fosse chuva que colhesse um pedestre desprevenido, situação contra a qual nada adiantaria fazer a não ser resignar-se com o banho imprevisto. Ou o balanço do barco, estando no mar, contra o que não adiantaria reclamar. A mistificação ocorre para ocultar o fato essencial de que a “globalização” é um proselitismo, algo forjado por premeditação política, uma construção artificial, um engodo, em suma, uma estratégia para nublar a evidência dos fatos, de modo que estes ocorram em favor dos que forjam o discurso do poder, que se caracteriza por iludir quem o recebe.

Convém resumir o que foi dito até aqui antes de passar ao desempenho reservado às elites nacionais, que variam de acordo com a posição relativa ocupada nesse estratagema hemisférico “global”. Projeto nacional pode então ser percebido de duas formas, a saber:

- Como ausência de (...), nisto consistindo o reconhecimento de que um projeto nacional pode ser definido pela sua ausência como decisão política assumida. Neste caso os arautos dessa decisão apresentam-se disfarçados como autores de um projeto nacional, só que conforme os cânones da “globalização”. A fé num mercado internacionalizado resolveria tudo por si e, portanto, a participação nessa globalização prescindiria de soberania nacional ao modo como ela foi engendrada em conquista pelos países centrais. Sendo a “globalização” um fenômeno natural, não haveria como insurgir-se contra ela e, para uma integração neste mundo assim forjado, restaria apenas a adesão passiva. Pode-se admitir que este seja um projeto, só que anti-nacional, pois abdica da condição de nação autônoma e liberta de condicionamentos restritivos para se sujeitar a uma inserção subordinada na globalização.
- Como afirmação de (...), nisto consistindo o reconhecimento de que um projeto nacional autêntico leva em consideração o mundo exterior como referência para determinar as condições de uma participação ativa na globalização, por entender que: *i)* este é um fenômeno estratégico; *ii)* o potencial de riqueza nacional, que inclui sobretudo o povo, este visto mais além do que simples mercado, cumpre em si mesmo, e sob os mais variados aspectos, papel decisivo na defesa da soberania. Trata-se de uma integração auto-determinada e ativa na globalização, de uma participação não incondicional, mas sim de acordo com o primado da soberania nacional.

Ao falar de projeto nacional, não há como deixar de falar em projeto de sociedade. A idéia de nação está intimamente relacionada à noção de um povo vivendo em contemporaneidade, com tradições culturais diversificadas, porém harmônicas, num determinado local que, no caso de um estado, é o território nacional. Uma constituição visa consolidar o pacto regulador da convivência social no território. Em grande medida a constituição reflete o projeto de sociedade. Não de todo porque as aspirações da maioria da sociedade relacionam-se a autênticas necessidades e estas não correspondem exatamente aos interesses do poder econômico que relacionam-se em maior ou menor grau à lógica da

acumulação do capital. Tal contradição acarreta perda de consistência que subtrai da constituição o ideal de refletir, com fidelidade, o projeto de sociedade.

Importante faceta de distorção de um projeto nacional – e de sociedade – é, por exemplo, a imagem real do que é virtualmente assegurado na constituição federal quanto à ocupação do território nacional. Embora a população brasileira pudesse ser bem melhor distribuída com o que tem de gente, há espaço de sobra em território para uma população maior. Ocorre que na constituição brasileira a questão demográfica é indiretamente arbitrada pelo casal. Sua decisão sobre a prole é amparada no dever do Estado de garantir-lhe os recursos necessários ao exercício do direito a essa decisão. Com efeito, é como enuncia o Capítulo VII, “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”, a saber:

- *Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.*
- *§7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.*

Quanto mais distorção da imagem idealizada no pacto federativo nacional e soberano expresso na constituição, menos provável será a afirmação de um efetivo projeto nacional. A ocupação do território é algo tão relevante que um dos aspectos característicos da distinção entre as duas formas antes referidas de inserção nacional na globalização é o da densidade populacional. Vale dizer: sendo o povo um recurso de soberania e sendo ele o que é em quantidade e qualidade face o território disponível, cumpre considerar qual é a política de ocupação do referido território e que diretrizes subsistem orientando essa política. Tanto é assim que o aspecto consta dos discursos das elites, segundo as duas concepções de projeto nacional antes enunciadas. Embora seja este apenas um dos aspectos da distinção entre os dois enfoques, ele é da maior relevância, pois sintetiza em um só dado a relação entre o povo e o território, já aí consubstanciando a idéia de sociedade no sentido do compartilhamento de um espaço físico para a convivência deste povo em torno às suas tradições culturais que, tudo considerado, conforma a identidade nacional. Cumpre ressaltar, aliás, que a participação qualificada em um mundo globalizado, depende essencialmente dessa identidade. Em sendo assim, a densidade populacional apresenta-se como um aspecto privilegiado para distinguir os dois modos de participar da globalização. E com isto chegou-se ao desempenho reservado às elites nacionais, sejam elas institucionalizadas ou personalizadas. Para ilustrar a desdita diferença de enfoque recorra-

se a um par de notícias publicadas na Gazeta Mercantil (um insuspeito veículo da chamada grande imprensa nacional especializado em negócios), datadas, respectivamente, de 15 de maio e 28 de julho de 2003, uma sobre a Europa e a outra sobre o Brasil.

O papel das elites

Na Europa

A primeira notícia vem sob o título “*NAFTA e países asiáticos desafiam continuidade da potência européia*” (p. A-12) e dá conta de uma avaliação que o *Institut Français de Relations Internationales (IFRI)* realizou para a comunidade européia (CE). O estudo contempla dois cenários, apenas um dos quais (conservador) é apresentado na matéria. Por este cenário, denominado sintomaticamente de “*Crônica de um Declínio Anunciado*”, cuja premissa é a de que, a continuar as coisas tal como elas têm evoluído em termos de política externa, de alianças internacionais, de políticas demográfica, tecnológica e educacional, a Europa estaria em rota de decadência como potência internacional.

Assim é que em 2050 a Europa teria a sua cota no PIB mundial reduzida à metade, em configuração bipolar com EUA, Canadá e México de um lado, e com China e alguns países do sudeste asiático do outro. Tal projeção se apóia em macro-tendências dos fatores população ativa, produtividade e produção que, a partir de hipóteses sobre a elasticidade das importações e exportações em relação ao PIB, permitem prognósticos sobre o comércio internacional das grandes regiões mundiais. Em tais condições o centro da economia mundial terá se deslocado para a Ásia. Só a China representará 24% do PIB mundial e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) se converterão nas principais potências exportadoras do mundo, com cerca de 21% do total.

A Europa ampliada para 30 países terá sua participação reduzida de 23% em 2000, para 17% em 2050. A China passará suas exportações de 12% para 17% no mesmo período, emparelhando com a Europa. A região Japão-Coréia será afetada por um declínio ainda maior que o da Europa: passará de 18% em suas vendas para 11%. E o bloco NAFTA praticamente conseguirá manter a sua participação, passando de 15% para 14%. O relatório objeto da notícia sublinha que, a confirmar-se tal projeção, mesmo com uma UE já então ampliada para 30 países, não será possível a ela equiparar-se aos EUA. Pela notícia a conclusão do processo é patética: o avanço da globalização reserva para a Europa a saída da história, fazendo-a retroceder para o seu lugar de antes da Revolução Industrial do século XIX.

Em que pese a possibilidade de controvérsia sobre a metodologia, ou os resultados, o que importa aqui é a preocupação com o futuro e a convicção de que tendência não é destino, razão pela qual esse futuro está ao alcance da mão na medida em que ele pode ser forjado desde o momento presente. Basta que se queira, buscando identificar, com honestidade e despreendimento intelectual, quais seriam os reais entraves a serem vencidos para superar o desastre. É o que vem a seguir, quando o relatório passa então a apresentar quais seriam as razões desse declínio. Segundo o IFRI as molas mestras que movem a prosperidade no longo prazo são a demografia e a produtividade do trabalho. Mantida a trajetória da curva populacional europeia, a taxa de natalidade passará de 1 a 4 filhos, para 2 a 1 filho por mulher para sair do “inverno demográfico” (aspas do original). Com a Rússia e Japão-Coréia ocorrerá algo semelhante. Por sua vez o bloco NAFTA se manterá próximo do nível médio e, ainda, receberá um contingente de 50 milhões de imigrantes no período 2000-2050. Quanto à Ásia, embora a China também vá sofrer com o envelhecimento populacional, no conjunto a região terá expansão demográfica no período considerado.

A produtividade no trabalho – segunda mola mestra do progresso – diz respeito à questão tecnológica. O maior beneficiado será os EUA, mas a China se recuperará rapidamente de seu atraso na produtividade. Neste ponto cabe ressaltar o que a notícia traz de relevante para os objetivos desse artigo. É que no aspecto tecnológico a UE conseguirá manter a sua posição, **mas isso não será suficiente para compensar o retrocesso demográfico** (grifo nosso). Embora os europeus venham a manter suas riquezas em termos de PIB *per capita*, o valor do continente retrocederá em relação ao resto do mundo, que duplicará a sua produção até 2020 e, de novo, até 2050. O nível médio dos chineses crescerá até os 40% da média dos países do NAFTA, frente aos 20% atuais. E, por último, para superar os entraves antevistos para a UE, o IFRI apresenta a única estratégia para evitar o declínio e manter o valor europeu. As medidas dessa estratégia são as seguintes:

No plano externo

- Criação de uma vasta zona de “desenvolvimento integrado” (aspas do original) que inclua a Rússia e os países ao sul do Mediterrâneo;
- Apoio à prosperidade dos parceiros, ajudando sua produtividade.

No plano doméstico

- Implementar políticas de pesquisa e inovação nas áreas de tecnologia da informação e biotecnologia;

- **Por em marcha políticas atuantes de natalidade e imigração, visando acolher 30 milhões de imigrantes** (grifo nosso).

No Brasil

Não fosse a necessidade de salientar o contraste com a notícia anterior, conviria poupar tinta para comentar a outra notícia da Gazeta Mercantil, tal é a eloquência do título: “*População precisa crescer menos – FHC diz que maior PIB e menor natalidade podem melhorar condições da vida do brasileiro*” (p. A-4). É o caso, então, de tecer algumas considerações a respeito dessa notícia. Ela resultou da cobertura do referido jornal à palestra do ex-presidente, em 26/08/2003, por ocasião do encerramento do Congresso Nacional da Aliança **Unimed** (grifo do original). O título da palestra era “*As Novas Formas de Associação Modernas*”. Tratando-se não só de um político, mas antes de um homem de ciências, é inconcebível que o título da palestra já não contenha, em si, o propósito da mistificação, do disfarce. Ademais, tendo sido FHC o principal artífice de uma incondicional e rápida inserção do Brasil nesse assim chamado mundo globalizado – por um lado não haveria como resistir a isto, e por outro não haveria o que temer, conforme propalado *ad nauseam* no discurso oficial de seus dois mandatos -, é também inconcebível que a referência subjacente de sua palestra não tenha sido a malfadada globalização. Porém é aí onde o disfarce cai por terra. Que “novo” seria este que preconiza em diametral oposição ao que recomenda o IFRI para a UE? Para problemas globais, soluções universais? Ou não? Sem precisar entrar em maiores detalhes a respeito do estudo do IFRI, seria razoável imaginar que o Brasil, ou mesmo uma América Latina (AL) integrada pudesse estar invulnerável às ameaças de um cenário como o delineado pelo IFRI? A propósito, convém observar que, de acordo com a primeira notícia antes comentada, o estudo do IFRI se apresenta como se a AL nem existisse. Sequer uma palavra é dada ao Brasil, apesar de seu mercado ser nada desprezível e dos significativos investimentos europeus aqui alocados.

Para FHC o aumento da população acarreta aumento por mais serviços públicos e investimentos em infra-estrutura, sem que se possa atender a tais demandas, dificuldade essa que ele atribui à crise fiscal do governo. Para FHC a população é um problema, não uma solução, tanto que, desta mesma notícia, destacam-se as palavras do ex-presidente com as aspas de rigor, quando ele convida à reflexão: “Para se ter uma noção do Brasil, é preciso olhar o país no tempo, sob o ponto de vista demográfico” (aspas do original).

Segue então o ex-presidente dizendo que entre 1955 e 1980 o PIB brasileiro cresceu 7,5% ao ano, mais do que os 5,9% da Espanha e os 4,8% da França. Só que, no período, a população do Brasil aumentou 2,7% ao ano, enquanto a da Espanha e a da França cresceram, respectivamente, 0,9% e 0,8%. E então conclui que, a despeito do maior aumento do PIB, a renda *per capita* do brasileiro cresceu somente 0,8% ao ano no período, muito menos do que na França e na Espanha. E não se dando por satisfeito, FHC prepara um prognóstico alegando que entre 1980 e 2000 (que compreende seis anos de seu governo) a taxa de natalidade brasileira reduzira-se a 1,7%. Vaticina então que, com um crescimento do PIB de 4% ao ano nos próximos 20 anos e taxa decrescente da população, o brasileiro terá melhores condições de vida.

Conclusão

A contra-mão da linha de raciocínio de FHC é desassombrada, como convém ao propósito do discurso do poder, o de engendrar o erro por parte de quem o recebe. A um tal propósito o discurso precisa estar revestido de um disfarce aprimorado, sempre renovado e audaz, com o fim de convencer. Como o seu governo carecia de soberania, isto é, era um “reinado” sem responsabilidade para com a segurança e o bem-estar dos seus “súditos”, essa responsabilidade passa a ser transferida para a população, como revela a astuciosa conclusão que FHC dirige aos incautos: a alta taxa de natalidade decorre do baixo nível de escolaridade da população. Trata-se de inspiração com origem na etimologia de proletário, que designa sujeito pobre, ignorante e irresponsável, que não pensa duas vezes antes de por filhos neste mundo. Daí que prole numerosa é coisa de proletário, algo mais do que peculiar, inerente a este ser carente, dentre outras coisas, principalmente de instrução. Em contexto de vida urbana caótica esse propósito de iludir lembra aquele tipo de motorista que entra na contra-mão conscientemente e, ao deparar-se com um veículo em sentido contrário, faz cara indignada, insulta e grita **contra-mão!...**, para confundir (ou estarrecer) o outro motorista.

A nudez do rei da anti-soberania nem precisaria ser anunciada, dada a evidência dos fatos. Mas, para realçá-los, convém trazer o espelho. É o que se apresenta na tabela adiante, com indicação das taxas demográficas e do PIB *per capita* de um grupo de 20 países, evidenciando a folga que o Brasil dispõe para ocupar seu território, bem como a conveniência de adotar uma política de adensamento populacional, de modo a ocupar o país e melhorar as condições de vida da sociedade.

PAIS	DEMOGRAFIA ^(*) (2000)	PIB <i>per capita</i> (US\$ 1998)
África do Sul	33	3310
Alemanha	230	26570
Angola	10	388
Argentina	13	8030
Bélgica	334	25388
Brasil	19	3401
Chile	20	4990
China	136	750
Cuba	101	1866
Egito	68	1290
Espanha	78	14100
Estados Unidos	30	29240
França	108	24210
Índia	304	440
Indonésia	119	640
Japão	340	32350
México	50	3840
Portugal	108	10670
Rússia	9	2260
Venezuela	27	3530

Fonte: <http://www.portalbrasil.eti.br>

(*) população/Km²

Do elenco de 20 países aleatoriamente escolhidos dentre os principais em cada continente, conforme exibido na tabela, 16 deles superam o Brasil em demografia. Pela lógica de FHC a população desses países deveria estar em piores condições do que a do Brasil, em termos de renda. No entanto isto só ocorre em 6 deles. Dois terços (10) têm o seu povo em situação melhor. Por outro lado 3 países estão abaixo do Brasil em demografia, sendo que um deles (1/3) com renda *per capita* também inferior. Portanto se alguma inferência pudesse ser tirada desta ligeira comparação, esta seria a de que congelar a população não é necessariamente condição para melhorar renda *per capita*. Se assim o fosse, Angola (com

apenas 10 habitantes por quilômetro quadrado), país também riquíssimo em recursos naturais, teria que se apresentar em condições melhores do que a do Brasil para o seu povo, o que não acontece. Por outro lado, o que a realidade mostra é que nações de maiores adensamentos populacionais tendem a apresentar melhores condições de vida para o seu povo, confirmando o que preconiza o IFRI para a Europa do século XXI.

No estágio em que se encontra o mundo, com os países em luta por hegemonia ou emancipação, políticas de controle da natalidade seriam desastrosas se o espaço territorial estiver sobrando para ser ocupado e devidamente aproveitado. Nestes casos o congelamento populacional terá um efeito quase certamente oposto para a melhoria das condições de vida de seu povo a médio prazo. Pois de resto sabe-se que a riqueza de uma nação tem muito mais a ver com o domínio da tecnologia e o controle dos recursos naturais, que são fatores decisivos para elevar a capacitação e o bem-estar de um povo. Como recursos naturais são finitos, nem sempre facilmente acessíveis e são de ocorrência mais provável onde haja maiores extensões territoriais, a estratégia brasileira só poderia ser a de cuidar do adensamento de seu território, no sentido de fortalecer a nação, antes que por motivos os mais diversos o território venha a ser ocupado por nacionais de outras plagas.

Por último convém sublinhar que as conclusões aqui enunciadas obedecem à lógica formal esperada de qualquer trabalho acadêmico e precisam ser compreendidas nos limites dessa lógica. Não escapa ao autor o fato de que tais conclusões carecem de uma importante ressalva: aumento de renda *per capita* serve apenas de tergiversação para demonstrar bem-estar da população, se ela não vier acompanhada da redução do desemprego e da desigualdade social (SEERS, 1970). Crescimento, desigualdade e desemprego são fenômenos inequivocamente associados, mas podem ocorrer independentemente e dispõe cada qual de consagrados recursos institucionais de aferição.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland, *Aula*, Cultrix, São Paulo, SP, 1978.

BRASIL, DF, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05/10/1988.

Da COSTA, E. A., “Demografia: População precisa crescer menos”, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28/03/2003, p. A-4.

EXPANSIÓN, DE MADRI, “Projeção Econômica: Nafta e países asiáticos desafiam continuidade da potência europeia”, *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15/06/2003, p. A-12.

PORTALBRASIL, <http://www.portalbrasil.eti.br>

SEERS, D, “The meaning of development”, *Revista Brasileira de Economia*, 24(3): 5/50, Rio de Janeiro, FGV, jul./set. 1970.